

**O uso de *o mesmo* como mecanismo anafórico na escrita
administrativa setecentista de Minas Gerais**

**The use of *o mesmo* as an anaphoric mechanism in eighteenth-
century administrative writing in Minas Gerais**

**El uso de *o mesmo* como mecanismo anafórico en la escritura
administrativa de Minas Gerais del siglo XVIII.**

Soelis Mendes

<https://orcid.org/0000-0002-3792-4974>

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Resumo

Neste artigo, nosso objetivo é discutir que o emprego de “o mesmo” como mecanismo anafórico não é exclusivo do PB contemporâneo e que seu uso remonta, pelo menos, ao século XVIII. A metodologia utilizada partiu da transcrição diplomática de um manuscrito, exarado em 1796, em Minas Colônia, o qual se refere a um *juramento dos louvados*, parte constituinte de um inventário *post mortem*, do qual foram extraídos dados para análise. A partir da discussão da anaforicidade de ‘o mesmo’, seja por gramáticos seja por linguistas, tais dados foram analisados e cotejados com a pesquisa feita por Souza (2021) que analisou, diacronicamente, esse emprego. Os resultados mostram que essa locução também era utilizada no século XVIII e que o tipo de anáfora mais recorrente é a direta. Além disso, tais resultados mostram que as críticas que esse uso recebe por diferentes entidades perdem força, porque se trata de um emprego que possui uma justificativa histórica e discursiva.

Palavras-chave: emprego anafórico de ‘o mesmo’, manuscrito setecentista, Minas Gerais colônia.

Abstract

This paper aims to discuss that the use of *o mesmo* as an anaphoric mechanism is not exclusive to contemporary Brazilian Portuguese (BP) and that its employment dates back, at least, to the eighteenth century. The methodology stems from the diplomatic transcription of a manuscript committed to writing in 1796, in Colonial Minas Gerais, which refers to an oath sworn by the *louvados*, a constituent part of a post-mortem inventory,

from which data were drawn for analysis. Based upon discussions on the anaphoricity of *o mesmo* in both grammatical and linguistic studies, these data were analyzed and compared with the diachronic research conducted by Souza (2021), which examined this usage. The results show that this expression was also employed in the eighteenth century and that the most recurrent type of anaphora is direct anaphora. Furthermore, the findings indicate that the criticisms directed at this usage by different institutions lose force, since it constitutes a use that is historically and discursively justified.

Keywords: anaphoric use of ‘o mesmo’; eighteenth-century manuscript; Colonial Minas Gerais.

Resumen

En este artículo, nuestro objetivo es argumentar que el uso de "lo mismo" como mecanismo anafórico no es exclusivo del portugués brasileño contemporáneo y que su uso se remonta, al menos, al siglo XVIII. La metodología empleada partió de la transcripción diplomática de un manuscrito, escrito en 1796 en Minas Colônia, que hace referencia a un juramento de los tasadores, parte integrante de un inventario post mortem, del cual se extrajeron datos para su análisis. Con base en la discusión sobre la anafórica de "lo mismo", tanto por gramáticos como por lingüistas, estos datos se analizaron y compararon con la investigación de Souza (2021), quien analizó este uso diacrónicamente. Los resultados muestran que esta expresión también se utilizó en el siglo XVIII y que el tipo de anáfora más recurrente es la anáfora directa. Además, estos resultados muestran que las críticas que este uso recibe de diferentes entidades pierden fuerza debido a que se trata de un uso con justificación histórica y discursiva.

Palabras clave: uso anafórico de ‘o mesmo’, manuscrito del siglo XVIII, Minas Gerais colonial.

1. Introdução

O manuscrito a ser apresentado neste artigo faz parte do projeto “xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx”, CNPq (Processo xxxxxx - bolsista de produtividade PQ), desenvolvido por XXXXXX. Embora o projeto não tenha a finalidade de discutir fenômenos linguísticos que se manifestem nos testemunhos, é impossível fechar os olhos para essas questões, por isso decidimos publicar o que os manuscritos nos apresentam.

É muito comum ouvirmos ou lermos que o uso de ‘o mesmo’ e variações no lugar de pronomes do caso reto ou oblíquo é errado ou inconveniente. Há muitos sites que fazem alertas a estudantes ou a usuários da língua para que ‘evitem’ esse uso, vejamos alguns casos: (i) *O problema está em usar “o mesmo” no lugar dos pronomes pessoais, sejam do caso reto (ele/ela) ou do caso oblíquo (o/a, lhe). Isso indica pobreza de linguagem ou falta de familiaridade com os pronomes pessoais. Algumas vezes – imagino – a pessoa tem insegurança no trato com os pronomes, mas ao mesmo tempo quer evitar a repetição de um determinado substantivo, então coloca o mesmo (ou a mesma, se feminino) no seu lugar.* https://www.linguabrasil.com.br/img/colunas/Coluna_N002_2011-12-07.pdf acessado em 08/02/2026. (ii) *A expressão “o mesmo”, [sic] foi empregada inadequadamente! Isso porque “o mesmo” ou “do mesmo” e variações (feminino e plural) não servem para substituir nome ou pronome, ou seja, não servem para substituir uma palavra dita anteriormente. A frase antes mencionada deve ser grafada assim: “Antes de entrar no elevador, verifique se ele encontra-se*

parado neste andar.” <https://www.plataformaredigir.com.br/artigo/voce-usa-o-mesmo-para-evitar-a-repeticao-de-um-termo-anterior-se-sim-precisa-ler-este-artigo> acessado em 08/022026. (iii) 1) *Quanto à sintaxe, constitui erro freqüente usar tal pronome demonstrativo sem acompanhamento de substantivo, não se podendo olvidar que mesmo não tem por função substituir ele ou este. Exs.: a) "O réu foi até à vítima e falou com a mesma" (errado); b) "Consultou tais autores, e os mesmos lhe indicaram a adequada solução" (errado); c) "Designada a audiência, compareceram à mesma todos os interessados".* <https://www.migalhas.com.br/coluna/gramatigalhas/4192/o-mesmo> acessado em 09/02/2026.

Mas nosso objetivo neste artigo não é criticar o uso ou mesmo quem o critica e/ou elogia (se bem que nunca lemos nada elogioso a esse uso...). Nossa proposta é mostrar que, gostem ou não gostem, o uso de ‘o mesmo’ como correferencial de um SN não é exclusivo do PB contemporâneo, mas seu uso remonta, pelo menos, ao século XVIII. O manuscrito no qual localizamos esse uso foi exarado nas Minas colônia, em 1796, e se refere a partes constituintes de um inventário *post mortem*. Uma vez editado o testemunho, levantaremos os dados que serão analisados, sincronicamente, com base em pesquisas sobre referenciação e, em seguida, compararemos os nossos achados com os de Santos (2021).

Este artigo está assim organizado: após a ‘introdução’, faremos uma discussão teórica sobre “o pronome demonstrativo ‘mesmo’, depois discutimos a “referenciação como mecanismo de coesão”, dando enfoque para os tipos de anáfora; em seguida, apresentaremos o corpus da pesquisa, os dados levantados e a respectiva análise e, finalmente, encerraremos com as considerações finais.

2. O pronome demonstrativo ‘mesmo’

Os pronomes demonstrativos são aqueles “que indicam a posição dos seres em relação às três pessoas do discurso. Essa localização pode ser no tempo, no espaço ou no discurso.” (Bechara, 2000, p.167). São eles: *este, esse, aquele* (e variações), assim como *tal, semelhante, próprio e mesmo*. Tais pronomes possuem “a capacidade de mostrar um objeto sem nomeá-lo” (Cunha e Cintra, 1985, p.319), conhecida como função dêtica – do grego *deiktikós* = demonstrar. Entretanto, advertem os autores, esses pronomes “empregam-se também para lembrar ao ouvinte ou ao leitor o que já foi mencionado ou o que se vai mencionar.” (p.319). Trata-se da função anafórica (do grego *anaphorikós* = que traz à memória ou que faz lembrar) da qual trataremos adiante. Como nosso objetivo de análise é o demonstrativo ‘mesmo’, vamos nos limitar a ele.

Sobre a função anafórica do pronome em análise, Bechara (2000) explicita que tal emprego ocorre quando ‘mesmo’ for “substantivado pelo artigo, precedido ou não de preposição, para referir-se a palavra ou declaração expressa anteriormente.” (p. 168). Antes de avançarmos, gostaríamos de fazer uma pequena digressão sobre a etimologia do demonstrativo ‘mesmo’ e do artigo definido. Entre os dicionários etimológicos consultados - Nascentes (1955) e Cunha (2010) - e as gramáticas

históricas de Pereira (1923) e Coutinho (1962), verificamos um consenso sobre o étimo de “mesmo”: originário do latim vulgar *metipsimus ou *metipsimu. Entretanto, Nascentes (1955) assevera que, para M.Lübke, Leite de Vasconcelos e Nunes, a grafia *metipsimu não é correta e que, provavelmente, a palavra original deve ser *medipsimu. Cabe, porém, lembrar que, na evolução da língua portuguesa, houve processos de sonorização, ou seja, uma consoante ‘desvozeada’ evoluiu para uma ‘vozeada’: t>d, tal como ocorreu em rotundu > redondo; petram > pedra; scutum > escudo, dentre outros casos, e esse também pode ter sido o processo de *metipsimu > *medipsimu. Nascentes acredita que ‘mesmo’ tenha se originado de *medesimo, e essa hipótese encontra respaldo em Silva (2009) que localizou, nas obras do período medieval, nas quais se baseou para elaborar o *Dicionário da Língua Portuguesa Medieval*, as formas *medes* e *medesimo* como sinônimo de ‘mesmo’ (pág.186). Então, pode-se dizer que ‘mesmo’ passou pela seguinte evolução do latim ao português: metipse > *metipsimu > *medipsimu > *medesimo > meesimo > mesmo. Sobre a gênese do artigo definido, Câmara Jr. (1975) assevera que o latim clássico não o conhecia e que essa “forma pronominal nova”(pág.97) desenvolveu-se aos poucos no latim vulgar devido à ampliação do emprego do demonstrativo “(de maneira geral – *ille*”). Mendes (2000), por sua vez, com base em Lausberg (1966), atribui o desenvolvimento do artigo pela extensão do emprego dos pronomes *ille/ipse*, respectivamente, *aquele* e *o mesmo, o próprio*. Segundo Lausberg (1966) (*apud* Mendes, 2008, p. 26), o pronome IPSE – ‘mesmo’ – foi utilizado como pronome demonstrativo e também como artigo, e “para expressar a significação identificadora de ‘mesmo’ eram utilizados reforçamentos enfáticos: *istuiipsu, metpsimu*.” (p. 26).

Não pretendemos avançar nessa discussão, mas nos chama a atenção o fato de a função anafórica do pronome sob análise ocorrer quando ele estiver precedido de artigo definido, e uma questão se nos coloca: se tanto *ille* quanto *ipse* que fazem parte do étimo do artigo definido, e *ipse*, do étimo de ‘mesmo’, e ambos são de função dêitica, como surgiu a função anafórica de ‘o mesmo’? Mas essa resposta deverá ser buscada em outro momento.

Continuando sobre o emprego anafórico de ‘o mesmo’, Bechara (2000) critica estudiosos que “por mera escolha pessoal, têm-se insurgido contra o emprego anafórico do demonstrativo mesmo. Em seguida observa o autor, não “apresentam, entretanto, as razões da crítica.” (p.168). Neves (2012), com uma abordagem mais discursiva, também faz crítica àqueles que condenam o uso de ‘o mesmo’ em situações anafóricas “(...) condenado em alguns manuais tradicionais(...) para referência a alguma pessoa ou a alguma coisa já mencionada (valendo por ele, ela, eles, elas respectivamente)” (p.512). Em seguida, após comentar um exemplo em que esse emprego é feito, Neves aconselha que seus leitores façam uso da livre escolha para empregar ou não ‘o mesmo’ em suas produções discursivas. Haury (2015) também chama a atenção do leitor para a falta de abonação, por parte dos gramáticos, desse uso: “3o. O emprego de *mesmo, mesma* (e suas flexões) como pronomes demonstrativos substitutos de *ele, ela* ou *esse, essa*, não é abonado por alguns gramáticos.”

(pág. 703) (grifos nossos). Outros gramáticos, por sua vez, nem mesmo se manifestam quanto a este uso, como é o caso de Cunha & Cintra (1985), embora elucidem que os demonstrativos são também utilizados para “lembrar ao ouvinte ou ao leitor o que já foi mencionado ou o que se vai mencionar” (pág.319); claro está que os autores se referem aos pronomes (e suas variações) este/esta, esse/essa, isso, aquilo, aquele/aquela, mas “calam-se’ quanto à anaforicidade de ‘o mesmo’.

Ora, mas como já o mencionamos, não faremos deste artigo palco para discutir quem está certo ou errado ao criticar o emprego anafórico de ‘o mesmo’, nosso propósito é mostrar que esse uso não se restringe ao português brasileiro contemporâneo, visto que esse emprego já se manifestava, pelo menos, no século XVIII. Mas antes de tratarmos desse uso, vamos, a seguir, discutir um pouco sobre o processo de referenciação.

3. A referenciação como mecanismo de coesão: tipos de anáfora

A coesão, conforme Koch (1989, p.19), “diz respeito a todos os processos de seqüencialização que asseguram (ou tornam recuperável) uma ligação lingüística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual.” Halliday/Hasan (1976) apresentam cinco grandes mecanismos de coesão, são eles:

1. Substituição (nominal, verbal, frasal);
2. Elipse (nominal, verbal, frasal);
3. Conjunção (aditiva, adversativa etc.);
4. Coesão lexical (repetição, sinonímia, colocação, etc);
5. Referência (pessoal, demonstrativa, comparativa)

Dado que temos limitação de espaço para discutir cada um desses mecanismos, vamos no ater ao tipo ‘referência demonstrativa.’ Marcuschi (2008), com base nisso, apresenta duas formas de coesão referencial: formas remissivas não-referenciais e formas remissivas referenciais. Essa primeira, segundo o autor, são todas “as formas que não têm autonomia referencial (só referem concretamente), tais como artigos e pronomes” (pág.109), e aqui acrescentamos os demonstrativos. Tais formas podem co-referir, ou seja, “estabelecer uma relação de identidade referencial com o elemento remetido.” (pág. 108).

A referência pronominal, segundo Marcuschi, é o tipo de estudo mais realizado, visto que o pronome é questão central na organização do texto, e se divide em :

- (i) Referência endófora que é uma “correferência resolvida na iminência contextual” (Marcuschi, 2008, pág. 110), por sua vez, se divide em dois tipos: anáfora (referência retrospectiva) e a catáfora (referência prospectiva).
- (ii) Referência exófora que se refere a “um elemento contextual, externo ao texto” (Idem, ibdem).

Sobre a definição de anáfora, Marcuschi (2005, pág. 219) contrapõe uma clássica a uma técnica. A primeira apontava para a repetição de uma expressão ou um SN no início de uma frase. A segunda passa ao largo dessa primeira, porque esse termo é utilizado para designar “expressões que, no texto, se reportam a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais (retomando-os ou não), contribuindo assim para a continuidade tópica referencial”. Neste artigo, vamos considerar a anáfora como um processo de referenciação¹ e correferenciação textual, de ativação e de reativação de objetos de discurso (referentes) que se encontram no texto, considerando não só a ação de repetir, mas também de atribuir sentido à relação com seus respectivos objetos de discurso. Quanto aos tipos de anáfora, temos: direta ou correferencial, correferencial parcial, indireta, associativa, por nomeação, encapsulamento ou rotulação.

A **anáfora direta**, para Koch & Elias (2006), é uma “espécie de substituto do elemento por ela retomado. Exemplo: “Paulo saiu; ele foi ao cinema”. (p. 127). Nesse caso, o pronome pessoal retoma o objeto de discurso “Paulo” e mantém com ele uma relação de correferencialidade, propiciando a continuidade do que é dito na frase. Marcuschi (2005) defende que a correferencialidade é fundamental para esse tipo de anáfora, além da semelhança morfosintática entre o elemento anafórico com o ‘elemento retomado’, “principalmente quando houver mais de um candidato a antecedente referencial.” (pág.219). Por isso, o autor acrescenta a essa definição o fato de ser representada por um pronome ou um nome que retoma um nome antecedente explícito no contexto. A **anáfora correferencial parcial** retoma uma parte do objeto de discurso e, segundo Cavalcante (2003, pág.109), nesse tipo de emprego estão presentes os “quantificadores, como ‘os topiqueiros’.... ‘dois deles’... ou ‘alguns deles’”. A **anáfora indireta** consiste na introdução de um novo referente como se ele já fosse conhecido do interlocutor, mas não substitui o termo referido. Segundo Marcuschi (2005, pág.254):

Essas anáforas diferem das anáforas clássicas por se darem de forma indireta, ou seja, ancoradas em condições cognitivas, pragmáticas e se resolverem em atividades inferenciais de natureza variada e em processos de ativação e não de reativação de referentes.

A **associativa**, que pode ser considerada uma anáfora indireta, introduz um novo objeto de discurso no texto que possua relações metonímicas, ou seja, que pode ser considerado uma parte desse objeto com base na interpretação do contexto. E por último a **anáfora por nomeação, encapsulamento ou rotulação** que, segundo Koch (2005), implica “uma escolha entre uma multiplicidade de formas de caracterizar o referente, escolha esta que será feita, em cada contexto, segundo a proposta de sentido do produtor do texto”. (p.35).

¹ Neste artigo, vamos seguir Marcuschi (2008) ao preferirmos o termo referenciação¹ à referência, já que esta última tem “um caráter de relação pré-fabricada”, isto é, que está à margem das condições de uso entre o uso linguístico e o mundo.

Há outros tipos de anáfora, mas acreditamos que os tipos sobre os quais acabamos de discorrer sejam suficientes para a análise dos dados que serão extraídos do manuscrito de 1796. A seguir vamos tratar de nosso *corpus*, apresentar e analisar os dados.

4. O tratamento do *corpus*, a apresentação e a análise dos dados

4.1 Apresentação do *manuscrito*

O testemunho objeto de nossa análise é parte constituinte de um inventário *post mortem*, – o qual não integra a presente análise – exarado em Mariana, no ano de 1796, e cuja inventariante é a viúva *Simplicia Maria da pas*. Um inventário, conforme Macedo Soares (1906), pode ser definido como um processo que objetiva fazer o arrolamento, a liquidação e partilha dos bens possuídos em comum para fins de sucessão. Esse documento jurídico-civil, de acordo com Flexor (1982), era feito quando havia órfãos menores e o testamento poderia ou não estar nele incluído. Conforme Troitiño (2017, p.952), em geral, um inventário *post mortem* é constituído das seguintes partes:

- Autuação • Juramento do inventariante • Título dos herdeiros • Termo de louvação • Auto de avaliação dos bens (louvação) • Juramento dos avaliadores • Relação de bens móveis e imóveis, dívidas ativas e passivas • Partilhas • Termo de tutela/curadoria • Declarações • Quitações • Notificações • Auto de arrematação • Sentença • Termo de Publicação • Termo de conclusão • Auto de contas da tutela.

O manuscrito sob análise é constituído apenas do (i) **juramento dos louvados** – os louvados ou avaliadores eram “homens de reconhecida probidade e boa inteligência e majoritariamente com patentes.” (Melo, 2015, p.79), e eram convocados para avaliarem os bens, sendo lavrados os termos de louvação e juramento dos louvados. No manuscrito sob análise, os louvados foram: *o Capitão Antonio Jose Ferreira Frazão e Francisco ALues Quinta*. (ii) **descrição dos bens** – esses eram divididos em categorias e eram arrolados com os respectivos valores, na seguinte ordem: móveis, semoventes, de raiz, dívidas ativas e passivas, gastos com o funeral e bens d’alma, além de qualquer outra informação relacionada a eles. (Troitiño, 2017, p.952). No caso analisado, os bens eram bem poucos, sendo *Duas colheres e dous garfos de prata com o pezo de quarenta Oitavas e forão vistos e avaliados pello Louvados cada oitava a cem Reis e todos em quatro mil Reis Item dous pratos de Loica de pedra pequenos*. (iii) **título de herdeiro** – indicação do herdeiro pelo inventariante, no caso, o filho *Francisco de idade de vinte*. (iv) **Nomeação dos Louvados** (esta parte não consta da relação acima) – é feita a nomeação dos louvados ou avaliadores, no caso em análise, os dois indicados foram nomeados *por Serem peSoas inteLegentes e com pleno conhecimento dos bens*.

4.1.1 – O tipo da edição escolhida e as normas utilizadas para esse labor

Com relação à edição do testemunho, apresentaremos uma rápida discussão acerca dos diferentes tipos de edição existentes e qual delas nos propusemos a apresentar neste artigo. Em seguida, vamos apresentar (i) as edições fac-similar e a diplomática, (ii) as normas utilizadas para a edição proposta,

e, finalmente, (iii) um breve apontamento paleográfico. Porém, antes de continuarmos, gostaríamos de apresentar a diferença entre transcrição e edição de documento. A primeira se refere ao ato de copiar um texto, seja de áudio ou de um manuscrito, para um novo suporte; enquanto a edição é um procedimento um pouco mais complexo que abrange não só a reprodução de um documento, a fim de que ele se torne mais claro e adequado ao leitor, mas também o próprio ato da transcrição. Acrescente-se a isso o fato de que, na transcrição de um documento pretérito, o tipo de escrita, em geral a manuscrita, se altera para caracteres modernos.

Segundo Spina (1977), existem diversas maneiras de se editar um texto: a edição *fac-similar* ou mecânica, a diplomática ou conservadora, a semidiplomática ou paleográfica e a edição crítica. Optar por um ou outro tipo depende do público-alvo, pois, como nos lembra Cambraia (2005), uma mesma edição, dificilmente, pode ser adequada a um público indistintamente. Para o presente artigo, vamos apresentar, por limitação de espaço, a edição *fac-similar* parcial e a respectiva edição diplomática de todo o manuscrito. Na edição *fac-similar* ou mecânica, há, praticamente, um grau zero de mediação, uma vez que apenas ocorre a reprodução de um testemunho através de meios mecânicos, no presente caso, a digitalização da imagem. Já a edição a diplomática, pela qual optamos, objetiva transcrever em caracteres da imprensa moderna as escritas antigas, procurando interferir o mínimo possível no documento. Esse tipo possui baixo grau de mediação, e a transcrição é mais conservadora, porque são mantidos os sinais abreviativos, de pontuação, paragrafação, translineação, além de não serem desfeitas as fronteiras de palavras.

Não obstante todo o cuidado por parte do editor, “uma edição diplomática já constitui uma interpretação subjetiva, pois deriva da leitura que um especialista faz do modelo” (Cambraia 2005, 94). Já a semidiplomática ou diplomático-interpretativa (Spina 1977) sofre algum tipo de intervenção por parte do editor que desfaz as abreviaturas do testemunho e estabelece as fronteiras entre palavras. A edição crítica, por sua vez, caracteriza-se pelo confronto de mais de um testemunho no processo de estabelecimento do texto, que pode ser autógrafo ou apógrafo. Sua finalidade é reconstruir a última forma que seu autor lhe havia dado, e todas as intervenções do editor devem ser registradas no aparato crítico. Como já mencionamos, escolhemos a edição diplomática, porque nosso objetivo é apresentar ao público o manuscrito sob análise tal como ele se apresentou à época, em que pese nossa edição/leitura ser uma interpretação, como já mencionado.

Como se sabe, para elaboração de qualquer tipo de edição, é necessário que sejam adotados critérios rigorosos para o reconhecimento e identificação de caracteres, de maneira que o texto original seja respeitado na sua integralidade, e para que as características linguísticas dos documentos sejam preservadas. Quanto a essa preservação, como sabemos, para o pesquisador da Linguística Histórica, que investiga por que a língua muda (ou por que não muda), é essencial que sejam mantidas as estruturas linguísticas, sua morfologia e sua sintaxe, manifestas no documento. Isso porque aquele uso linguístico pode representar a norma de uso do período em que o testemunho foi exarado, por

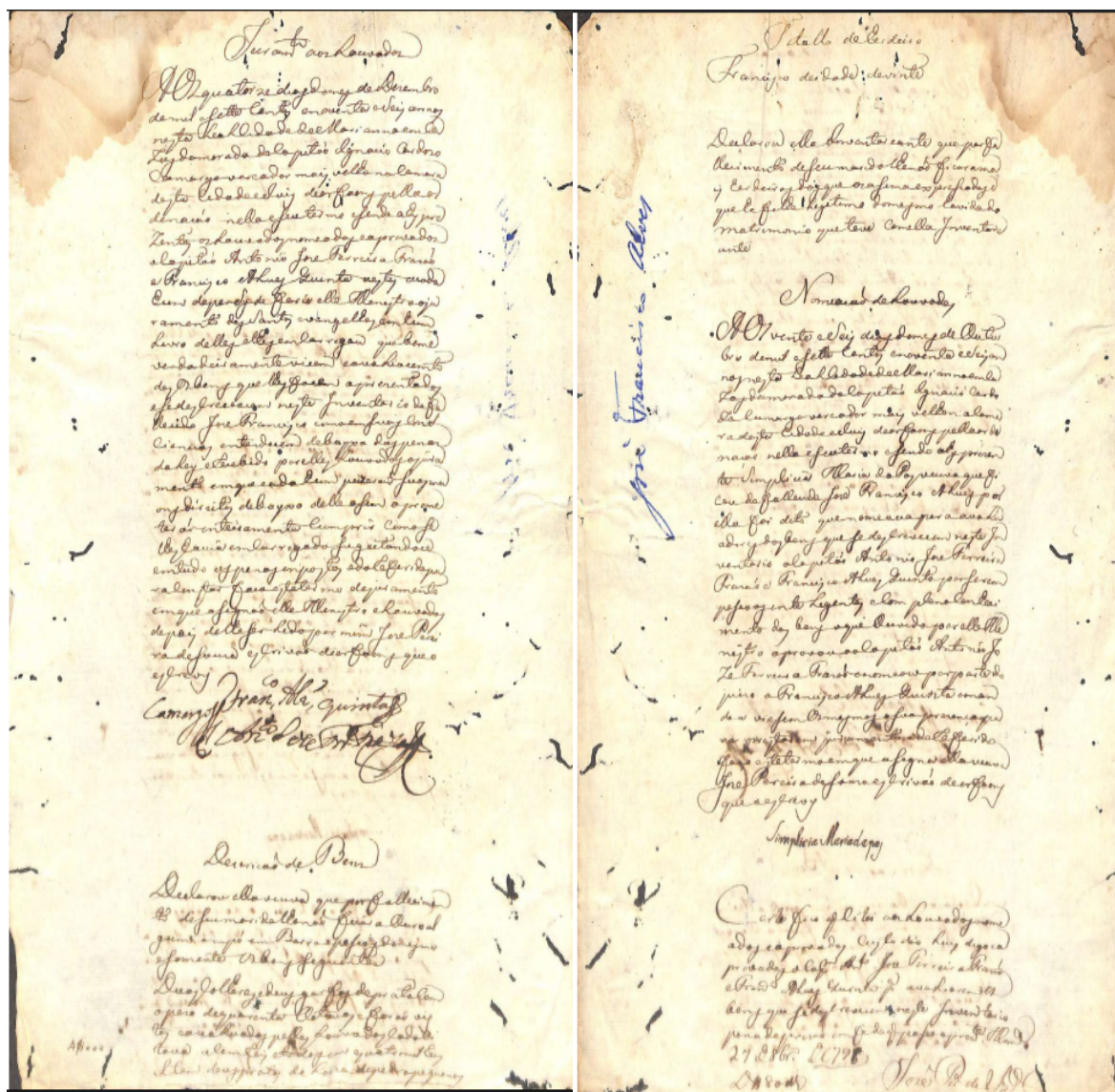
isso a necessidade de a transcrição e edição fazerem uso de critérios fidedignos. Entretanto, o editor não está isento de cometer alguns equívocos, pois “Tanto quem copia um manuscrito, quanto quem edita, está sujeito a algum tipo de lapso, mesmo até os mais atentos” (Fachin 2009, p. 255).

Assim, para esse labor, propomos um conjunto de princípios para a realização da edição do manuscrito, o qual teve como base o modelo adotado por Cambraia *et al* (2001) e Mendes (2008) e por, senão vejamos:

a) A transcrição procurará ser fiel ao texto original; b) Não serão desdobradas as abreviaturas; c) Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver; Ex: “deperSydeferio elleMenestro”; d) Serão mantidas a pontuação e acentuação originais; e) Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original: “opezo dequarenta Oitavas”; f) Quando a leitura paleográfica de uma palavra for duvidosa, a sua transcrição será feita entre parênteses: (); g) São transcritos na sua forma original os numerais, tanto indo-arábicos como romanos; h) Os caracteres, cuja leitura se apresenta impossível, em seus lugares será colocado entre parênteses (ilegível); i) Palavra(s) danificada(s) por algum tipo de corrosão será(ão) indicada(s) entre colchetes, assim: [corroída] ou [corroídas]; j) A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, pela marca de uma barra vertical: | entre as linhas. A mudança de fôlio será indicada com duas barras verticais: ||; l) As páginas serão numeradas de acordo com o documento original, indicadas, nesse caso, entre duas barras verticais, além de apresentar o estado do fôlio. Exemplos: ||fl.1r. ||; || fl.1 v. ||; m) Se o original não for numerado ou estiver ilegível sua numeração, os números acrescentados serão impressos entre colchetes, indicando-lhes o estado do fôlio. Exemplos: [fl.1 r.]; [fl.1 v.]; n) As assinaturas simples ou as rubricas do punho de quem assina serão sublinhadas; o) Os espaços deixados pelo escrivão serão assim indicados [espaço].

A seguir, apresentamos as edições fac-similar e a diplomática.

Fig.1 – Edição facsimilar



Fonte: AHMM

Fonte documental

Fundo: Arquivo Histórico Municipal de Mariana – AHMM - Série: Administrativo

Tipo de documento: Inventário *post mortem* - partes

Escrivão: Jozé Pereira de Souza - Data: 1796

Fig.2 - Edição diplomática

[fl.01 r.]	[fl.02 v.]
Juram. ^{to} aos Louvados	Títullo de herdeiro
AOZquatorzediasdomesdeDezembro	Francisco deidade devinte [espaço]
demil esette Centos enoventa eseis annos	Declarou ella Inventariante queporfa
nesta LealCidadedeMarianna emCa	llecimento deseumaridolhenãooficarama
Zasdemoradadocapitaõ Ignacio Cardozo	is herdeirosdosqueoz aSimaexpreSadose
Camargosvereador mais velho naCamara	quehefilho Legitimo domesmo havidodo
desta CidadeIuis deorfaenspellaor	matrimonio queteve comella Inventare ante

denação nellae seutermo esendo ahy pre Zentes oz Louvados nomeados e aprovados o Capitão Antonio Jose Ferreira Frazão e Francisco ALues Quinta a estes a cada hum de per Sydeferio elle Menestro oju ramento dos Santos e evangelho sem hum Livro delle selhes encaregou que beme verdadeiramente e avaliarem to dos os bens que lhes focem apresentados e se descrevem neste Inventario do fa llecido Jose Francisco como em suas cons ciencias entendecem de bayxo das penas da Ley recebido por elles Louvados o jura mento em que cada hum puzeraõ suas ma ons direitas de bayxo delle assem o prome terão inteiramente Cumprir como se lhes havia em Carregados e geitando ce em tudo as penas impostas edo Referido pa ra constar faco este termo de juramento em que assignaõ elle Menestro e Louvados depois dellheser Ledopor mim Joze Perei rade Souza escrivão de orfaens que o escrevy <u>Camargos Fran.^{co} Alz'. Quinta</u> <u>An.^{to} Joze Frr.^a</u> <u>Frazaõ</u> Descricão de Bens Declarou ellaveuva que por fallecimen to de seu marido henão ficára Ouro al gum empó em Barrae e po Suy domes mo esomente os bens seguintes Duas colheres edous garfos de prata com opezo de quarenta Oitavas e forão vis tos e avaliados pellos Louvados cada oi tava acem Reis etodos em quatromil Reis Item dous pratos de Loica de pedra pequenos	[espaço] ¹ Nomeacão de Louvados AOS vinte e seis dias do mes de Outu bro de mil e sette Centos e noventa e seis an nos nesta Leal Cidade de Marianna em ca za de morada do capitão Ignacio Cardo zo Camargo vereador mais velhona Cama ra desta cidade e Luiz de orfaens pella orde nação nellae seutermo esendo ahy prezen tes Simplicia Maria da Pasveuva que fi cou do fallecido Jose Francisco Alves por ella foi dito que nomeava para a va Le adores dos bens que se descrevecem neste In ventario o Capetão Antônio Joze Ferreira Frazaõ e Francisco Alves Quinta por Serem pe Soas inte Legentes e com pleno conheci mento dos bens o que Ouvidor porelle Me nistro aprovou ao Capetão Antônio Jo ze Ferreira Frazaõ e nomeou por parte do juizo a Francisco Alvez Quinta eman dou vie Sem Os mesmos a sua presença pa ra prestarem juramento edo Referido faço este termo em que assignou ellaveuva José Pereira de Souza escrivão de orfaens que o escreveu <u>Simplicia Maria das pas</u> Certifico q^e citeias listas aos Louvados nome ados e aprovados Custodio Luiz digo ea provados o Cap.^m Ant.^o Joze Ferreira Frazaõ 27 De 8bro de 1796 D[\$] 800rs <u>Jozé Per^{ra} de Sz^a</u> ¹- No original, na margem esquerda, está registrado em tinta azul, <i>José Francisco Alves</i>, feito em período contemporâneo.
---	---

Fonte: Autores

4.1.1.2 – Breves apontamentos paleográficos

De acordo com Nunes (1969, pág.11), com relação à escrita do século XVIII “(...) a maioria dos compêndios emudece, e deixa-nos desamparados, ao atingir os começos do século XVI”. De fato, mesmo decorridos 56 anos da afirmação acima, ela continua atual, pois, ao consultarmos álbuns de paleografia e de diplomática de diferentes autores, nenhum deles apresenta dados referentes aos séculos XVIII e XIX. Em seu volume I da obra já mencionada, Nunes faz assevera que as escritas referentes a esses séculos faltantes seriam tratadas no próximo volume, entretanto, a obra não foi

finalizada. Mas o autor, deixa registradas algumas considerações sobre a escrita do XVIII e XIX a que ele chama de *letras modernas*.

Sobre essas letras modernas, o autor faz as seguintes considerações: como é usada a pena fina e flexível, instala-se “um barroquismo quase delirante, uma espécie de arte-pela-palavra”; “na letra em si, opera-se uma simplificação extrema uma forte degradação gráfica nos aspectos funcional, de legibilidade, e estético”. Os tipos base reduzem-se a, praticamente, dois: um caligráfico moderado e “um cursivo que evita sê-lo em demasia” (Nunes 1969, págs.14-15). Galende (1999), por sua vez, apresenta alguns dados descritivos da escrita do século XVIII que nos permitem, de alguma forma, caracterizar a escrita do manuscrito sob análise.

Para a proposição da periodização da escrita latina, há autores que seguem critérios diversos: cronológicos, geográficos, linguísticos e gráficos. No entanto, é preciso que haja uma combinação entre eles para que a classificação seja mais eficaz (Galende 1999). Ao verificarmos as classificações estabelecidas por diferentes paleógrafos, constatamos que apenas um determinado grupo propõe uma categoria diferenciada para a escrita do documento objeto de análise neste artigo. Para aqueles que seguem critérios histórico, cronológico e cultural, nosso manuscrito, baseando-nos em Nunes (1969), possui uma escrita moderna que vai do século XV ao XVIII. Já Galende, que se baseia no critério gráfico, divide o período humanístico em duas fases, e a escrita do manuscrito sob análise pertenceria ao *humanístico tardio* que vai do século XVI até a primeira metade do XVIII.

Elisa Ruiz (1999), por outro lado, acredita que haja dois tipos de escrita humanística: a direita (ou humanística redonda) e a inclinada (ou cursiva ou itálica), a qual possui variedades: inclinada, canceleresca e bastarda. Esta última, segundo a pesquisadora, foi frequente na Espanha em fins do século XVI até o começo do século XVIII, além de ter sido muito difundida nos manuais de escrita. Também em Portugal isso parece ter ocorrido, conforme se depreende do manual de 1722 *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar* de Manoel de Andrade de Figueiredo, calígrafo português. Com base nessas considerações, vamos assumir, neste artigo, que a escrita do manuscrito sob análise pode ser classificada como escrita humanística bastarda, apesar da análise de Almada (2012):

Não existe um consenso quanto à designação de cada tipo de letra, o que torna muito difícil a sua identificação para fins de catalogação. Há ainda todas as variações no ductus da letra, vinculadas à personalização do traço e também aos diversos níveis de aprendizado da caligrafia que podem ser percebidos na prática escriturária (Almada 2012, 55).

A escrita de nosso manuscrito possui tamanho regular, inclinado para a direita, apresenta-se linear e possui peso leve. As letras maiúsculas, em geral, são de fácil leitura, mesmo apresentando certa variação; em alguns contextos, os grafemas ‘e’ e ‘o’ podem ser confundidos entre si; já os grafemas ‘e’ e ‘i’ são facilmente confundidos; mas, para fins de transcrição, adotou-se o seguinte critério, caso houvesse pinga, leu-se o grafema como ‘i’, e na sua ausência, ‘e’. Com relação à

distribuição da escrita pela mancha, as margens esquerda e direita são bastante ampliadas, enquanto a inferior e superior são muito reduzidas, por isso a escrita se concentra no centro do fôlio. Praticamente não há rasuras, mas há alguns borrões, e algumas corrosões causadas por algum agente externo; acrescenta-se, ainda, a presença da sombra da escrita do verso do fôlio, o que não chega a interferir na leitura do testemunho. O punho predominante é do escrivão *Jozé Pereira de Souza*.

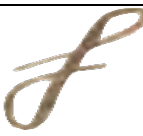
4.1.1.2.1 - Apresentação do alfabeto do punho do escrivão Jozé Pereira de Souza

O pesquisador que edita ou transcreve manuscritos sabe que a natureza desse trabalho é lenta e, antes de tudo, muito criteriosa. Isso porque, para além do estado de conservação do documento o qual, muitas vezes, pode prejudicar a leitura, cabe ao investigador habituar-se com o tipo de escrita. Um artifício que contribui para esse processo de edição é a proposição de um alfabeto do punho que grafou o documento. Conforme Fachin (2009):

Primeiramente, é preciso que o editor componha o alfabeto da escrita dos manuscritos que estão sendo editados, selecionando cuidadosamente exemplos de cada letra que vão lhe auxiliar no processo de transcrição. De preferência, deve-se organizá-los pela posição onde aparecem na palavra, início, meio ou fim (...) (Fachin 2009, pág.259).

Quadro 1 : alfabeto do punho de Jozé Pereira Souza

Grafe- ma	Maiúsculo	Minúsculo		
		Inicial	Medial	Final
A/a				
B/b			Não localizado	Não localizado
C/c				Não localizado
D/d				Não localizado
E/e	Não localizado			
F/f			Não localizado	Não localizado

G/g			Não localizado	Não localizado
H/h				Não localizado
I/i			Não localizado	Não localizado
J/j		Não localizado	Não localizado	Não localizado
K/k	Não localizado	Não localizado	Não localizado	Não localizado
L/l		Não localizado		Não localizado
M/m			Não localizado	
N/n		Não localizado		
O/o			Não localizado	
P/p			Não localizado	Não localizado
Q/q	Não localizado		Não localizado	Não localizado
R/r			Não localizado	Não localizado
S/s			Não localizado	

T/t				Não localizado
U/u	Não localizado		Não localizado	
V/v	Não localizado			Não localizado
W/w	Não localizado	Não localizado	Não localizado	Não localizado
X/x	Não localizado		Não localizado	Não localizado
Y/y	Não localizado	Não localizado		Não localizado
Z/z		Não localizado		Não localizado

Fonte: Dados próprios

Esse quadro apresenta os grafemas de A a Z em caracteres maiúsculo e minúsculo; esse último em diferentes posições: início, meio ou fim de sílaba. Porém, não se pode admitir que nele estão todos os variados traços com os quais esses grafemas são manifestos nessas posições no documento. Conforme já advertiu Spina (1977), a escrita cursiva, por ser corrida, não permite muitas pausas para descanso de punho, e isso pode causar hesitação na leitura do fragmento, pois alguns grafemas, a depender do seu traçado, podem se assemelhar a outros, e aí cabe ao pesquisador definir que critérios utilizar para evitar, ao máximo, uma leitura duvidosa.

4.2 – Apresentação e análise dos dados²

No manuscrito foram localizadas as seguintes ocorrências de ‘o mesmo’:

- (i) ...Declarou ella veuva que por fallecimento de seu marido lhe não ficára Ouro algum em pó em Barra e poSuy **do mesmo** e somente os bens seguintes...
- (ii) ...Declarou ella Inventariante que por fallecimento de seu marido lhe não ficara mais herdeiros dos que oz aSima expreSados e que he filho Legitimo **do mesmo** havido do matrimonio que teve com ella Inventareante...

² Para facilitar a leitura, desfazemos as fronteiras entre as palavras e, para chamar a atenção demos destaque a ‘omesmo’.

- (iii) *...por ella foi dito que nomeava para avaLeadores dos bens que se descrevecem neste Inventario o Capetão Antônio Joze Ferreira Frazão e Francisco Alves Quinta por Serem peSoas inteLegentes e com pleno conhecimento dos bens o que Ouvido por elle Menistro aprovou ao Capetão Antônio JoZe Ferreira Frazão e nomeou por parte do juizo a Francisco Alvez Quinta e mandou vieSem Os **mesmos** a sua presença para prestarem juramento...*

Conforme apresentamos na seção 3, os tipos de anáfora que discutimos foram: (1) **anáfora direta** é uma “espécie de substituto do elemento por ela retomado” (Koch & Elias, 2006); (2) **anáfora correferencial parcial** que retoma uma parte do objeto de discurso (Cavalcante, 2003); (3) **anáfora indireta** que consiste na introdução de um novo referente como se ele já fosse conhecido do interlocutor, mas não substitui o termo referido; (4) **associativa** que introduz um novo objeto de discurso no texto que possua relações meronímicas, ou seja, que pode ser considerado uma parte desse objeto com base na interpretação do contexto; (5) **anáfora por nomeação, encapsulamento ou rotulação** que implica “uma escolha entre uma multiplicidade de formas de caracterizar o referente, escolha esta que será feita, em cada contexto, segundo a proposta de sentido do produtor do texto”. (Koch 2005, p.35).

A partir dessas definições, analisemos as três ocorrências de ‘o mesmo’ anafórico extraídas dos manuscritos de 1796, vejamos:

em (i), “o mesmo” é correferencial, diretamente, do objeto de discurso, mencionado anteriormente, “marido”;

em (ii) temos situação semelhante, pois ‘o mesmo’ é correferencial, diretamente, do objeto de discurso, já mencionado ‘marido’;

em (iii) ‘os mesmos’ é correferencial a ‘Capetão Antônio Joze Ferreira Frazão e Francisco Alves Quinta’.

Ou seja, nas 03 situações em que ‘o mesmo’ (e variação) ocorrem, 100% das vezes temos casos de **anáfora direta**.

Esse achado ratifica a pesquisa realizada por Santos (2021) que fez um estudo do emprego de ‘o mesmo’ em *corpora* do século XIX em comparação com dados do século XX e XXI. Para o PB contemporâneo, a autora coletou dados de REDS (Registro de Eventos de Defesa Social³), produzidos em Belo Horizonte/MG, datados de 2000 a 2020, num total de 24 documentos, e os resultados obtidos foram:

³ Também conhecido como BO ou Boletim de Ocorrência.

- (iv) Em 33 ocorrências de ‘o mesmo’ e variações, 29, ou 88%, referem-se a casos de anáfora direta; as 04 restantes, ou 12%, referem-se a casos de anáfora indireta; Já a coleta de dados dos séculos XX e XXI, que foram extraídos de Termos de Devassas e de Estatutos de Irmandade, que somaram 10 documentos, produzidos em Diamantina/MG, os resultados foram:
- (v) Em 10 ocorrências de ‘o mesmo’ e variações, 09, 90%, se referem a casos de anáfora direta; a única restante, ou 10%, se refere a um caso de anáfora por nominalização, encapsulamento ou rotulação.

Comparando os dados obtidos pela presente pesquisa, realizada em um único manuscrito do século XVIII, com os dados obtidos por Santos (2021), constatamos que a locução ‘o mesmo’, empregada em casos anafóricos, tanto no século XIX, quanto no século XX, o tipo **anáfora direta** é o mais utilizado. Isso só reforça o que Marcuschi (2005) afirmou sobre esse tipo; isto é, segundo ele, a retomada do objeto de discurso é feita por um pronome ou um nome que retoma um SN antecedente explícito no contexto, conforme vimos com nossos dados.

6.Considerações finais

O nosso objetivo ao oferecer este artigo era mostrar que o uso de ‘o mesmo’ como correferencial de um SN, atuando como um mecanismo anafórico, não é exclusivo do PB contemporâneo, já que esse uso, conforme vimos, remonta, pelo menos, ao século XVIII. Como vimos, o tipo de anáfora mais recorrente nesse caso é o da anáfora direta. Esse tipo, parece-nos, é o mais básico, visto que a substituição do objeto de discurso é feita diretamente e pode ser facilmente percebida ou identificada pelo interlocutor, além de ser feita por um pronome ou um nome que retoma um nome antecedente explícito no contexto.

Àqueles que criticam esse tipo de uso e não se identificam com ele, como o fazem alguns gramáticos e blogueiros aos quais fizemos referência no início deste artigo, dedicamos as discussões que aqui fizemos e lembramos que o emprego de “o mesmo” como mecanismo de referência anafórica faz parte da língua portuguesa pelo menos desde o século XVIII. Algumas partes da língua mudam, mas outras permanecem e se essas remanescentes foram norma de uso ontem, hoje podem padecer de estigma... Empregar ‘o mesmo’ em produções discursivas, acreditamos, é uma questão de escolha, não de erro!

Referências

ALMADA, M. *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

BECHARA, E. (2000). *Moderna Gramática Portuguesa*. Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna.

CAVALCANTE, M. M. Expressões referenciais: uma proposta classificatória. *Caderno de Estudos Linguísticos*, n. 44, p. 105-118, jan./jun., 2003

CÂMARA JR., J.M. (1975) *História e Estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.

CAMBRAIA, C. N. *et al.* 2001. “Normas para transcrição de documentos manuscritos para a História do Português do Brasil”. Em *Para a História do Português Brasileiro*. Vol. II: Primeiros Estudos. Tomo II. Rosa Virgínia Matos e Silva (org.). 552-555. São Paulo: Humanitas/FFLCH/FAPESP.

CAMBRAIA, C. N. 2005. *Introdução à Crítica Textual*. São Paulo: Martins Fontes.

COUTINHO, I.de L. (1962). *Gramática Histórica*. 5a.ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

CUNHA, A.G. (2010). *Dicionário Etimológico da língua portuguesa*. 4a. ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lexikon.

CUNHA, C. & CINTRA, L. (1985) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FACHIN, P. R.M.. “Critérios de leitura de manuscritos: em busca de lições fidedignas”. *Filologia e Linguística Portuguesa*. SP: Humanistas/USP, (2009)

FLEXOR, M.H.O. Inventários e testamentos como fontes primárias de pesquisa. *Revista Boletim Histórico e Informativo do Arquivo do Estado de São Paulo*, São Paulo: Imprensa Oficial, no. 3, abr-jun, pág.53-56, 1982.

FIGUEIREDO, M. A.de. *Nova escola para aprender a ler, escrever e contar*. Lisboa: Occidental, 1722.

GALENDE, J.C.. 1999. “Ciclos escriturários”. Em *Introducción a la paleografía y la diplomática general*, Ángel Riesco Terrero. 33-48. Madrid: Síntesis.

HALLIDAY, M.A.& HASAN, R. (1976). *Cohesion in English*. London: Longman.

HAUY, A.B. (2015) *Gramática da Língua Portuguesa Padrão*. São Paulo: Edusp.

KOCH, I.V. (1989). *A coesão textual*. São Paulo: Contexto.

KOCH, Ingedore Villaça. Referenciação e orientação argumentativa. In: Koch, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A.C. (Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

LAUSBERG, H. *Linguística românica: morfologia*. Madrid: Gredos, 1966;

MACEDO SOARES, O.de. *Manual do Curador Geral dos Órfãos*. 2. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1906.

MARCUSCHI, L.A (2005) Anáfora indireta: o barco e suas âncoras. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A.C. (Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

MARCUSCHI, L.A. (2008) *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola.

MELO, K.C. *Senhores e Possuidores Estrutura Fundiária, Unidades Rurais Pró-indiviso e o Mercado de Terras em Minas Gerais - São José Do Rio das Mortes, c.1830 a c.1856*. (Dissertação de Mestrado). 189 fl. São João Del Rei: UFSJ, 2015.

MENDES, S.T.P. (2000). *A ausência de artigo definido diante de nomes próprios no português mineiro da comunidade de Barra Longa : um caso de retenção?* (Dissertação de mestrado). 224 fl. BH: FALE/UFGM.

MENDES, S.T. do P. *Combinações lexicais restritas e manuscritos setecentistas de dupla concepção discursiva: escrita e oral*. 2008. (Tese de doutoramento). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, MG.

NASCENTES, A. (1955). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

NUNES, E.B. 1969. *Álbum de paleografia portuguesa*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.

PEREIRA, C.E. (1923). *Grammatica Historica*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia.

RUIZ, E. 1999. “La escritura humanística y los tipos gráficos derivados”. Em *Introducción a La paleografía y La diplomática general*, Ángel Riesco Terrero. 149-175. Madrid: Síntesis.

SANTOS, A.C dos. *Um estudo do pronome mesmo como termo anafórico em produções discursivas: Passado e presente*. (Dissertação de mestrado). 100 fl. Mariana: POSLETRAS/UFOP, 2021.

SILVA, J.C. da. (2009). *Dicionário da Língua Portuguesa Medieval*. Londrina: Eduel.

SPINA, S. 1977. *Introdução à edótica*. SP: Cultrix.

TROITIÑO, S. Estudo comparativo de funções e atividades em instituições análogas: a produção de inventários post-mortem. In: VAQUINHAS, N.; CAIXAS, M.; VINAGRE, H. (Org.). *Da produção à preservação informacional: desafios e oportunidades*. 1ed.Évora: Publicações do Cidehus, 2017, v. , p. 127-150.